



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
CENTRO DE CIÊNCIAS INTEGRADAS (CCI) – ARAGUAÍNA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Ana Caroline Arruda Araujo

Desterritorialização da comunidade Barra Velha em Barra do Ouro (TO) pela Usina
Hidrelétrica de Estreito - UHE

Araguaína/TO

2024

Ana Caroline Arruda Araujo

Desterritorialização da comunidade Barra Velha em Barra do Ouro (TO) pela Usina
Hidrelétrica de Estreito - UHE

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Federal do Norte do Tocantins
(UFNT), Centro de Ciências Integradas (CCI), para
obtenção do título de licenciatura em Geografia.

Orientador: Professor Dr. Luciano da Silva Guedes.

Araguaína/TO

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Geração de Ficha Catalográfica SGFC-UFNT
Gerado automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A778d Arruda Araujo, Ana Caroline .

Desterritorialização da comunidade Barra Velha em Barra do Ouro (TO) pela Usina Hidrelétrica de Estreito - UHE / Ana Caroline Arruda Araujo. - Centro de Ciências Integradas - CCI, TO, 2024.

38 f.

Monografia Graduação (Graduação - em Geografia) -- Universidade Federal do Norte do Tocantins, 2024.

Orientador: Luciano da Silva Guedes.

1. Atingidos por barragem. 2. Desterritorialização. 3. UHE de Estreito.

CDD 910

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.


Ana Caroline Arruda Araujo

Desterritorialização da comunidade Barra Velha em Barra do Ouro (TO) pela Usina
Hidrelétrica de Estreito - UHE


Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Centro de Ciências Integradas (CCI), curso de Geografia. Foi avaliada para a obtenção do título de licenciatura em Geografia e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela banca examinadora.

Data da aprovação: 09 / 12 / 2024.

Banca examinadora:

Documento assinado digitalmente
 LUCIANO DA SILVA GUEDES
Data: 16/12/2024 16:19:18-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Luciano da Silva Guedes – Orientador (UFNT)

Documento assinado digitalmente
 CARLOS AUGUSTO MACHADO
Data: 17/12/2024 10:41:59-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Carlos Augusto Machado – Membro interno (UFNT)

Dedico essa pesquisa a todos aqueles que se dedicam a promover ensino no país, mesmo diante do pouco investimento na educação.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, por sua presença constante em minha vida, guiando-me e fortalecendo-me em cada etapa dessa jornada.

A minha avó Deusamor, e minha mãe Elizangela, pelo amor incondicional, dedicação e apoio inestimáveis em todos os momentos da minha caminhada acadêmica. A toda a minha família em especial minha tia Arnelia, por todo o apoio e acolhimento, sempre me recebendo em sua casa com carinho quando foi necessário.

Ao meu genitor, Luciano Soares (*in memoriam*), cuja ausência deixou marcas, mas também ensinou lições de superação.

A meus amigos, em especial a Aparecida, Erika, Suzana, Rafael e Raffaella e a amizade de vocês é um presente que levarei para toda a vida.

Expresso ao meu orientador, Prof. Dr. Luciano da Silva Guedes, minha eterna gratidão. Pois sua orientação, paciência e dedicação foram fundamentais para a realização desta pesquisa. Com sua sapiência e benevolência, me guiou com precisão, desafiando-me a ir além dos meus limites e a refletir profundamente sobre o conhecimento.

Aos meus professores do colegiado de Geografia, minha sincera gratidão pelas valiosas orientações e ensinamentos que foram essenciais para minha formação. Em especial, agradeço aos professores Carlos Augusto Machado, Roberto Antero, Marivaldo Cavalcante, Eliseu Brito e Maurício Ferreira, cuja sabedoria e dedicação inspiraram-me a buscar sempre a excelência e enfrentar os desafios com paixão pela Geografia.

À Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), minha profunda gratidão por ser o espaço que me proporcionou aprendizado e crescimento. A toda a comunidade acadêmica, agradeço pelas experiências, desafios e ensinamentos que contribuíram para minha formação, tanto profissional quanto pessoal.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para que este momento se tornasse realidade, meu mais profundo agradecimento.

RESUMO

A desterritorialização da comunidade Barra Velha, localizada em Barra do Ouro (TO), foi impulsionada pela construção da Usina Hidrelétrica de Estreito - UHE. A população local, dependia da pesca e das lavouras vazantes para sua subsistência, enfrentou significativas perdas territoriais e culturais com a implementação do projeto. A inundação da área, provocada pela barragem, resultou no deslocamento forçado dos moradores, alterando suas práticas de vida e ameaçando a continuidade de sua identidade comunitária. Este processo de desterritorialização é analisado a partir das dinâmicas sociais, econômicas e ambientais, evidenciando os impactos nas relações de produção e no acesso a recursos naturais, além da reconfiguração do território, com o surgimento de novos desafios de reterritorialização.

Palavras-chaves: Desterritorialização, comunidade Barra Velha, impactos sociais, reterritorialização.

ABSTRACT

The deterritorialization of the Barra Velha community, located in Barra do Ouro (TO), was driven by the construction of the Estreito Hydroelectric Power Plant - UHE. The local population, which depended on fishing and dry land for its subsistence, faced significant territorial and cultural losses with the implementation of the project. The flooding of the area, caused by the dam, resulted in the forced displacement of residents, changing their lifestyles and threatening the continuity of their community identity. This process of deterritorialization is analyzed based on social, economic and environmental dynamics, highlighting the impacts on production relations and access to natural resources, in addition to the reconfiguration of the territory, with the emergence of new reterritorialization challenges.

Keywords: Deterritorialization, Barra Velha community, social impacts, reterritorialization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 REFERENCIAL TEÓRICO	12
1.1 Política Energética Brasileira.....	12
1.2 Território, Desterritorialização.....	15
1.3 Impactos Socioambientais Das Hidrelétricas.....	17
2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICOS	20
3 COMUNIDADE BARRA VELHA: O ANTES E DEPOIS A UHE DE ESTREITO ..	22
3.1 Transformações na vida da Comunidade de Barra Velha após a Usina hidrelétrica do Estreito-UHEE.....	27
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	37

INTRODUÇÃO

O território não é apenas um espaço físico, nele encontram-se significados sociais, culturais e históricos para as comunidades que nela residem. Em termos no Brasil, muitos territórios tradicionais têm sido transformados e sendo suprimidos por grandes projetos de infraestrutura, como usinas hidrelétricas. Embora tais projetos sejam cruciais para a segurança energética e a expansão do Brasil, os mesmos têm enormes consequências para a vida das populações locais, muitas vezes levando à desterritorialização de comunidades inteiras

A Usina Hidrelétrica de Estreito¹ (UHE Estreito), construída no rio Tocantins iniciou sua construção em fevereiro de 2007 e está localizada entre os estados de Tocantins e Maranhão, representa um marco na política energética brasileira e nas estratégias de desenvolvimento econômico da região Norte. Contudo, seu impacto ultrapassa as questões ambientais e energéticas, afetando diretamente comunidades como a de Barra Velha, localizada no município de Barra do Ouro (TO). Essa comunidade ribeirinha, cuja sobrevivência dependia da pesca e das lavouras nas margens do rio, viu-se obrigada a abandonar seu território em função da inundação causada pela barragem.

A presente pesquisa tem por objetivo principal discutir os efeitos da desterritorialização vivenciados pela comunidade Barra Velha em decorrência da construção da Usina Hidrelétrica de Estreito - UHEE. No estudo, abordou-se a compreensão dos impactos sociais, culturais e econômicos dessa transformação. Além disso, buscou-se avaliar como a desterritorialização modificou as dinâmicas de vida dos moradores, bem como os desafios enfrentados por eles processo de reterritorialização novos locais.

Para possibilitar a abordagem da temática, o trabalho se desenvolveu em três seções teóricas principais: a) A política energética brasileira, destacando a presença e a importância das usinas hidrelétricas na matriz energética do país; b) Abordagem

¹ A Usina Hidrelétrica de Estreito (UHEE) Localizada entre os estados do Maranhão e Tocantins, a UHE Estreito está instalada no leito do rio Tocantins.

Em operação desde abril de 2011, a Usina Hidrelétrica Estreito tornou-se referência na execução de projetos socioambientais. Suas ações priorizam a preservação ambiental, a sustentabilidade e o fomento a atividades econômicas que possibilitem as famílias residentes na sua área de abrangência aumentar a geração de renda e o bem-estar.

Com oito unidades geradoras, a Usina tem sua capacidade nominal instalada de 1.087 WM, o suficiente para abastecer uma cidade de quatro milhões de habitantes. Toda essa energia é transportada pela linha de Transmissão com 140km de extensão de Estreito- MA até subestação de Imperatriz- MA. <https://uhe-estreito.com.br/o-empreendimento.html>

dos conceitos de desterritorialização, a partir dos principais teóricos que discutem essas temáticas; c) Os impactos socioambientais causados pelas usinas hidrelétricas, abordando as características de uma obra, desse porte e como a mesma impacta comunidades locais e o meio ambiente.

A relevância deste estudo repousa sobre a urgente demanda de equacionar os dilemas em torno do embate entre o avanço do desenvolvimento econômico e a preservação dos direitos das comunidades tradicionais, frequentemente mantidas em estado de invisibilidade nos processos decisórios. Além disso, ao lançar luzes sobre o caso da comunidade Barra Velha, acredita-se que o presente trabalho possa contribuir para a abertura de um espaço de discussão mais amplo em torno de políticas públicas que buscam articular desenvolvimento, justiça social e sustentabilidade ambiental.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

A princípio, na presente pesquisa, pretende-se discutir conceitos fundamentais sobre o processo de desterritorialização da comunidade Barra Velha no município de Barra do Ouro (TO), devido a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito -UHE, no estado do Maranhão. Dessa forma, este capítulo será dividido em três seções, tratando desde as políticas energéticas até os impactos socioambientais consequentes das hidrelétricas.

1.1 Política energética brasileira

Na perspectiva de Goldemberg; Moreira (2005), a geração de eletricidade no Brasil cresceu a uma taxa média anual de 4,2% entre 1980 e 2002, e sempre a energia hidráulica foi dominante. As outras tecnologias geradoras de eletricidade são nucleares, gás e óleo diesel, ainda que nenhuma tenha uma porcentagem maior do que 7%. A introdução da biomassa, energia nuclear e gás natural reduziu a porcentagem da hidroeletricidade de 92% em 1995 para 83% em 2002, mas o crescimento forte e contínuo na demanda por eletricidade exige, em termos absolutos, mais do que o dobro da geração atual de hidroeletricidade, mesmo que a menores taxas de crescimento que as outras opções de geração.

Segundo Goldemberg; Moreira (2005, p.215-216), o Brasil demonstra grande eficiência energética em termos de energia primária *per capita*, alcançando resultados econômicos similares à média mundial, mas utilizando apenas metade da energia *per capita* média mundial. No entanto, essa eficiência não tem avançado desde 1977, o que é considerado um resultado decepcionante quando comparado com a evolução de outros países, como a Índia e os países desenvolvidos. Além disso, a dependência energética continua a ser um obstáculo para o crescimento, indicando a necessidade de políticas que incentivem o uso eficiente e o aumento da disponibilidade de energia no país.

"A primeira experiência com iluminação elétrica realizada no Brasil foi promovida pelo 'Jornal do Comércio', no Rio, em 1879. [...] Campos - RJ - é a primeira cidade do país a ser iluminada por uma usina termelétrica. O gerador tinha a potência de 52 kW e foi posto em funcionamento a 24 de julho de 1883. A 2 de junho de 1887, a Princesa Isabel e o Conde d'Eu, acompanhados de ministros do Império, inauguram o bonde elétrico no Rio. Em setembro é organizada a Companhia Força e Luz desta capital e ainda nesse mesmo ano iniciam-se os serviços de energia elétrica em Porto Alegre - RS" (COSTA, 1972, p. 4).

É interessante compreender que o crescimento da rede de energia elétrica no Brasil não apenas impulsiona o desenvolvimento econômico, mas também molda a organização do espaço geográfico. Podemos considerar também que “a ocupação e a urbanização do território, o processo de industrialização, o aperfeiçoamento das técnicas de geração e transmissão e a organização centralizada do setor em torno da Eletrobras” (Santos e Silvera, 2021, p.77).

"O setor energético foi primordial neste processo, pois havia a necessidade de energia para atender às demandas nas residências e, sobretudo, às indústrias que precisavam transformar matéria-prima em produtos, acabados ou semi-acabados. Para tanto, a matriz energética adotada, considerando a disponibilidade hídrica de rios de planalto, foi o represamento destes grandes canais existentes no país" (Sieben, 2012, p.71).

Goldemberg e Moreira (2005), considerando que, embora possa parecer prudente depender de poucas fontes de energia, é, de fato, mais seguro depender de várias, porque a combinação de muitas é sempre mais segura do que depender apenas de uma ou duas. Este é o principal motivo que explica a predominância da hidroeletricidade no Brasil e a razão por que o carvão é utilizado em menor escala, devido às reservas limitadas e baixa quantidade.

A Bacia Hidrográfica Araguaia-Tocantins é uma das maiores e mais importantes bacias hidrográficas do Brasil por motivos vários, como a presença de inúmeras usinas hidrelétricas de grande importância. Neste caso, as usinas hidrelétricas fazem parte do projeto nacional de criação de energia e ampliação da matriz energética, projetado para atender a demanda por eletricidade de um país em desenvolvimento.

Por se tratar de uma bacia de grande capacidade de geração de energia, essa bacia se tornou definitiva nas políticas de infraestrutura energética brasileiras. Além da função de geradora de eletricidade, o aproveitamento hidrelétrico da região contribui para a integração regional e para o desenvolvimento econômico de áreas contíguas. Em contrapartida, a exploração hidrelétrica dessa bacia gera problemas, como o impacto socioambiental gerado pela construção de barragens e os processos desterritorialização de certas comunidades locais.

Sobre esta questão, Zitzke assinala, “Na lógica da produção de energia e de superar as necessidades de energia elétrica do país, a bacia hidrográfica do Araguaia-Tocantins tem importante papel na estratégia energética brasileira” (Zitzke, 2007, p. 27-280). Com base nessa declaração, destaca-se o papel estratégico daquele território. Serve, então, como uma maneira de gerar questionamentos acerca das

implicações desse fato ao modelo de desenvolvimento territorial adotado e seus efeitos para as populações tradicionais e o meio ambiente.

Por meio da exploração de recursos hidroelétricos, o país manteve seu desenvolvimento econômico. Por meio de um planejamento centralizado e investimento em infraestrutura vinculada, como a construção de usinas hidrelétricas nas bacias de rios predominantes, o setor energético do Brasil conseguiu expandir e diversificar a rede, e mitigar os desafios de abastecimento, tornando a energia mais acessível e confiável para a maioria dos brasileiros.

Em todo caso, esse modelo também gera desafios significativos. Podemos citar impactos ambientais e sociais. Por exemplo, a construção de grandes barragens, como os presentes na Bacia Araguaia-Tocantins como UHE Estreito (MA/TO), a UHE Tucuruí (PA) e a UHE Serra da Mesa (GO), que envolve encadeamentos de desterritorialização de comunidades tradicionais, na remoção ecológica, no desaparecimento da biodiversidade e mudanças no ecossistema local. Onde esses processos acarretam-no preocupações em relação ao custo socioambiental desse modelo de desenvolvimento socioeconômico.

Segundo Santos e Silveira (2006), A difusão da energia no território nacional leva, num primeiro momento, à construção de sistemas técnicos independentes, chamados a atender às necessidades locais. “[...] o sistema elétrico nacional torna-se progressivamente integrado, e ao mesmo tempo o seu comando político e uma parcela do seu comando técnico separam-se dos lugares aptos para a produção. (Santos e Silveira, 2006, p. 72).

Assim, para Santos e Silveira (2021), o sistema elétrico nacional se torna cada vez mais integrado com base nas novas infraestruturas, ao passo que o comando político e parte do comando técnico se distanciam dos locais de produção. Esse processo de desterritorialização dos comandos entra em conflito com as necessidades das populações locais, que estão focadas no uso do território de forma mais regional e não têm relação com as exigências dos grandes sistemas técnicos.

“Apesar do discurso de energia limpa e em nível sustentável há de se observar aprofundadamente esta fonte energética como, por exemplo, o problema da concentração fundiária. O discurso de energia limpa também é questionável, e uma das poucas energias limpas é a solar, mesmo assim, o descarte do material das placas fotovoltaicas bem com o seu preço ainda se tornam empecilhos” (Sieben, 2012, p.76).

Nos últimos anos, o país tem tentado encontrar alternativas para apoiar sua matriz energética, como a expansão da energia solar e eólica. Tais iniciativas são guiadas pelas metas de sustentabilidade e redução das emissões de carbono, promovendo os esforços internacionais nesse sentido. Não obstante, a hidrelétrica continua sendo uma parte significativa da estratégia energética brasileira, principalmente em territórios com ricas oportunidades de recursos hídricos, como a Bacia Araguaia-Tocantins.

1.2 Território e desterritorialização: breves considerações

Essa seção tem por objetivo apresentar alguns dos conceitos de território, desterritorialização e reterritorialização, essenciais para compreender os impactos de obras de grande infraestrutura sobre as comunidades afetadas. Para de Lucena (2007), o indivíduo ou grupo social se encontra “territorializado” de forma funcional e concreta, na medida em que se encontra de fato territorializado em outro espaço, porém desterritorializado de seus valores simbólicos e culturais, e vice-versa.

Na perspectiva de Haesbaert (1997), um território não se define apenas enquanto um espaço apropriado simbolicamente, com a formação de uma identidade cultural/ territorial. “[...] nasce na discussão sobre o domínio/controlado político do espaço, especialmente a partir da formação dos Estados-nações, e se desdobra em íntima vinculação com elementos geográficos como fronteiras e redes (Haesbaert,1997).

“O território não é uma categoria de análise, a categoria de análise é o território usado. Ou seja, para que o território se torne uma categoria de análise dentro das ciências sociais e com vistas à produção de projetos, isto é, com vistas à política, com 'P' maiúsculo, deve-se tomá-lo como território usado.” (SANTOS, 1999, p.18)

Na perspectiva de Sieben (2012, p.99), “ A territorialidade pode ser entendida como princípio que rege o território”. A forma de atuar no território pode dar significado ao lugar, pois existe simbolismo cultural no território. [...] Ser humano estabelece o território através da territorialidade[...]. (Sieben,2012, p.99)

Santos; Becker (2007) apontam que, atualmente, em muitos lugares, a visão do território como uma simples “fonte de recursos” ou como “apropriação da natureza” tem sido superada. No entanto, essa perspectiva ainda persiste em alguns contextos,

especialmente quando as bases tecnológicas dos grupos sociais mantêm uma forte conexão física com o território. (Santos e Becker, 2007, p.47)

O mundo estaria se “desterritorializando”? Sob o impacto dos processos de globalização que “comprimaram” o espaço e o tempo, erradicado as distâncias pela comunicação instantânea e promovendo a influência de lugares o mais distantes uns sobre os outros, a fragilização de todo tipo de fronteira e a crise da territorialidade dominante, a do estado nação. (Haesbaert, 2011, p.19-20)

Santos e Silveira (2006, p. 19) apontam que a territorialidade “[...] como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence... esse sentimento de exclusividade[...]”. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem. (Santos e Silveira, 2006).

Haesbaert (2011, p. 35) diz que “[...] desterritorialização está ligada à fragilidade crescente das fronteiras, especialmente estatais [...] é sobretudo um território político”. [...] desterritorialização está ligada à hibridização cultural que impede o reconhecimento de identidades claramente definidas [...] um território simbólico, ou um espaço de referência para construção de identidades (Haesbaert, 2011, p.35).

Para Guedes (2016), em uma primeira aproximação ou em um plano mais teórico, poderíamos sugerir que, se no caso das lutas por território estamos diante de reivindicações identitárias e de direitos culturalmente diferenciados. No caso da comunidade Barra Velha, no município de Barra do Ouro -TO, a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito representa de fato o processo de desintegração de um território existido, onde força as comunidades a se mudar para um novo local, sem os recursos necessários para se restabelecerem na nova forma de vida.

Segundo Souza (1963, p.69), reestruturar um espaço material quer dizer alterá-lo muito significativamente, modificando a sua estrutura. O que veio acontecer na vida dos ribeirinhos atingidos na barragem do Estreito.

Na perspectiva de Sieben (2012), a construção de uma hidrelétrica tende a empobrecer a dinâmica comercial, populacional e comunicacional e assim cidades e povoados ribeirinhos perdem a sua importância.

Na perspectiva de Haesbaert (1997), “[...] afirmar que a desterritorialização contemporânea, fruto sobretudo de uma longa história das relações capitalistas, é produto/produtora das inovações tecnológicas impostas pelos capitalistas e pela sociedade de consumo [...]”.

Para Santos e Silveira (2006, p. 72): Essa desterritorialização dos comandos opõe-se às necessidades das populações regionais, circunscritas ao uso local do território e alheias aos imperativos de funcionamento dos grandes sistemas técnicos.

Segundo Haesbaert (2011, p.173), “[...]a desterritorialização é vista praticamente como sinônimo de globalização econômica [...]”. Aonde se vai “características fundamentais [...] em que ocorre a formação de um mercado mundial com fluxos comerciais, financeiros e de informações cada vez independentes de bases territoriais bem definidas, (Haesbaert,2011, p.173).

Mais do que de "território" unitário como estado ou condição clara e estaticamente definida, devemos priorizar assim a dinâmica combinada de múltiplos territórios ou "multiterritorialidade", melhor expressa pelas Cioncepções de territorialização e desterritorialização, principalmente agora que a(s) mobilidade(s) domina(m) nossas relações com o espaço. Essas dinâmicas se desdobram num continuum que vai do caráter mais concreto ao mais simbólico, sem que um esteja dicotomicamente separado do outro. No caso de um indivíduo e/ou grupo social mais coeso, podemos dizer que eles constroem seus (multi)territórios integrando, de alguma forma, num mesmo conjunto, sua experiência cultural, econômica e política em relação ao espaço. (Haesbaert,2011, p.331).

As discussões teóricas sobre os impactos advindos do processo da desterritorialização em comunidades tradicionais apontam para perdas significativas dos atingidos. Os principais desafios dessas populações, estão na dificuldade em se adaptarem aos novos ambientes, superarem a ruptura nos vínculos sociais, culturais e a marginalização econômica. Essas comunidades tradicionais, que sempre dependeram diretamente dos recursos naturais e tem modos de vida muito enraizados em seu território, são os mais vulneráveis aos impactos. Os deslocamentos forçados comprometem de forma bem direta a continuação de suas práticas culturais, assim, levando ao processo de desestruturação de seu corpo social e econômicos.

A ordem global chegou e desterritorializou a ordem local. Para o CESTE foi necessário remover do local o problema que são as pessoas. Ao que perece no processo de reterritorialização, na percepção de novos lugares ocorreu uma reterritorialização conformada. Muitos atingidos, para não sofrerem a dor da perda, procuram no conformismo uma forma de se adequar à nova realidade, uma vez a desterritorialização foi inevitável. (Sieben,2012, p.104)

1.3 Impactos socioambientais das hidrelétricas

Na perspectiva ambiental, a construção das UHEs provoca mudanças bem profundas nos ecossistemas locais, resultado das modificações nos cursos dos rios,

promovendo a destruição de habitats naturais, afetando tanto a biodiversidade quanto a pesca e a agricultura de subsistência, das comunidades locais.

Segundo Amorim e De Jesus (2006, p.22), “ O sistema de agricultura de vazante que aproveita a fertilização que as cheias regulares fazem nas margens do rio para produzir mais e com menor esforço”. São bons exemplos que foram afetadas pela construção do lago.

Milton Santos (2006), argumenta que a globalização hegemônica visa regiões e comunidades locais que carecem dos recursos necessários para competir no mercado global. Esse processo resulta na marginalização econômica desses grupos, o que os impede de manter seu modo de vida tradicional e de se adaptara nova economia.

A construção da UHE Estreito, provocou o deslocamento de comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas que viviam nas áreas propensas a inundações. Foram deslocadas para outras áreas, muitas vezes sem acesso aos recursos e à qualidade de vida que anteriormente eram oferecidos. Segundo Roquetti *et al* (2017), um dos principais impactos causados pela implantação de grandes barragens é o deslocamento populacional, que está associado a uma série de efeitos secundários social e ecologicamente negativos.

Aos prejuízos sociais somam-se os prejuízos da exploração de potenciais reservas de extração de argila para cerâmica, de cascalho, de areia e de côco babaçu. É um prejuízo grave e que demanda por todo um reordenamento da cadeia produtiva desse potencial com pesquisas de viabilidade econômica, pesquisa de novas formas de exploração das jazidas submersas, pesquisas sobre áreas de reflorestamento e pesquisas sobre as necessárias formações de áreas de proteção no entorno do futuro lago, pesquisas sobre a descoberta de novas reservas extrativistas tanto de babaçu como de argila, areia e cascalho. (Amorim e De Jesus, 2006, p.25)

No caso do Brasil, vários estudos que examinaram os impactos sociais e ambientais das usinas hidrelétricas. Um exemplo bem conhecido é a usina hidrelétrica de Belo Monte², no Pará, cujo a construção deslocou as comunidades e levou mudanças significativas no ecossistema do rio Xingu. Está experiência, juntamente com outras grandes bacias hidrográficas no país, demonstra a necessidade de uma

² UHE Belo Monte com seus 11.233,1 megawatts (MW) de capacidade instalada, somos a maior hidrelétrica 100% brasileira. Situada no rio Xingu, a nossa Usina possui 18 Unidades Geradoras (UGs) de 611,11 MW na Casa de Força Principal, e seis UGs de 38,85 MW na Casa de Força Complementar, e por meio do Sistema Interligado Nacional (SIN), fornece energia limpa e sustentável para todo o país. <https://www.nortenenergiasa.com.br/uhe-belo-monte/complexo-hidreletrico/belo-monte>

abordagem crítica e sensível aos direitos das comunidades afetadas e encontrar um equilíbrio.

"[...]acrescentam-se os prejuízos referentes ao aumento pela demanda de serviços públicos decorrente do enchimento do lago, a saber: problemas que demandam por mais serviços de saúde como a alteração da qualidade da água, elevação do lençol freático e o 26 conseqüente vazamento das fossas usadas nas residências do povoado e mais grave a proliferação de vetores de interesse médico, transmissores de doenças parasitárias ao homem; problemas que demandam por mais serviços educacionais com o deslocamento de populações e reassentamento de ribeirinhos; problemas que demanda por alternativas de lazer com o fim das alternativas de lazer proporcionadas pelo rio, notadamente as praias [...]; problemas que demandam por serviços de urbanização para as famílias reassentadas com a dotação de bens públicos como praças, igrejas, escola e outros prédios de uso comunitário. (Amorim e De Jesus, 2006, p.25-26).

Neste contexto, pesquisa de Sieben (2012) mostra:

[...] função do rio se transforma completamente com a finalização da Usina Hidrelétrica de Estreito no final do ano de 2010, originando o lago artificial e atingindo cidades e povoados. Observa-se que o lago da hidrelétrica é um ponto de ruptura na dinâmica regional com grande influência na alteração do modo de vida da população local. As territorialidades, a paisagem, o sentido de pertencimento são alterados na busca da modernidade do território tocantinense. (Sieben, 2012, p. 39).

A análise desses casos contribui para que se possa entender como a construção da UHE Estreito afetou a comunidade Barra Velha, no município de Barra do Ouro. E de que forma esse caso específico se insere nos contextos de projetos de desenvolvimento no Brasil. A partir dessas discussões, é possível construir um substrato teórico suficiente para avançar nas principais questões da pesquisa, permitindo uma análise crítica dos processos de desterritorialização e os impactos socioambientais das grandes obras de infraestrutura no Brasil.

2. PROCEDIMENTO METODOLÓGICOS

Neste estudo, optou-se pelo método qualitativo, com o objetivo de compreender de maneira abrangente os impactos sociais, econômicos e culturais decorrentes da desterritorialização da comunidade Barra Velha, localizada no município de Barra do Ouro, em função da instalação da Usina Hidrelétrica de Estreito. A abordagem qualitativa fundamenta-se nas percepções dos antigos moradores da comunidade, permitindo um projeto hidrelétrico em suas vidas.

As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas com os atingidos da comunidade afetadas e representantes de órgãos envolvidos no processo de reassentamentos. Nas entrevistas realizadas há perguntas sobre os impactos decorrentes da UHE de Estreito, concepções da perda de seu território, onde será necessário adapta-se a um novo modo de vida. Essa forma de entrevista permite uma maior flexibilidade aos entrevistados, pois viabiliza que eles se expressem livremente para dar as suas opiniões a partir suas vivências. As entrevistas foram gravadas e transcritas para não perder a originalidade das falas dos entrevistados.

A análise do participante foi utilizada para entender as práticas e dinâmicas sociais dos moradores da comunidade Barra Velha após sua saída do seu território. Durante o processo de visitas, participamos de atividades frequentes no cotidiano dos entrevistados onde se observou diretamente as condições de vida e os desafios que essa comunidade sofreu no seu processo de reassentamento. Essa imersão no ambiente de estudo proporcionou um olhar sobre as mudanças de identidades na coesão da comunitária no seu processo de deslocamento.

Os dados das entrevistas foram coletados, organizados e analisados, apoiados na análise dos conteúdos, para permitir a identificação de temas de relevância, como a perda de identidade do seu território, os impactos econômicos e nas adaptações sociais. O método foi essencial para estruturar as informações e possibilitar uma visão, mais integrada de narrativas e percepções dos impactados, permitindo uma melhor compreensão acerca do processo de desterritorialização da comunidade sujeito da pesquisa

Analisando o caso da comunidade Barra Velha, realizou-se a comparação de experiências de outras comunidades afetadas por hidrelétricas no Brasil. O estudo comparativo buscou destacar padrões e especificidades do caso de Barra Velha, onde se possibilitou ter uma visão mais abrangente dos impactos das políticas de

desterritorialização em contextos parecidos. Para a garantia e ética do estudo, os entrevistados foram informados sobre o que seria o objetivo da pesquisa. Além do que, o estudo respeitou os princípios metodologias de pesquisa com comunidades tradicionais, evitando práticas invasivas e buscando sempre o respeito às vivências e percepções da comunidade.

Na abordagem qualitativa auxilia entender os impactos da desterritorialização, onde tem algumas limitações, nas diferentes percepções dos entrevistados e a forma como o pesquisador vai interpretar essas informações. Além do mais, é um processo que detém muito, o que pode gerar um desafio. Para lidar com essas dificuldades, que foram cruzadas as informações coletadas de diferentes fontes, garantindo que os resultados sejam mais consistentes e confiáveis.

Durante a pesquisa, foram utilizados diversos materiais para coleta de dados e levantamento para registro e análise, procurando uma abordagem detalhada do processo de desterritorialização da comunidade Barra Velha. A seguir, serão descritos alguns materiais e seu respectivo objetivo.

O Google Earth Pro, é um software que foi utilizado para a elaboração de mapa e análise cartográfica do território da comunidade de Barra Velha em estudo. A ferramenta possibilitou, por meio de imagens de satélites, a delimitação da área de estudo e a visualização e compreensão espacial dos impactos da desterritorialização causados pela Usina Hidrelétrica de Estreito -UHE.

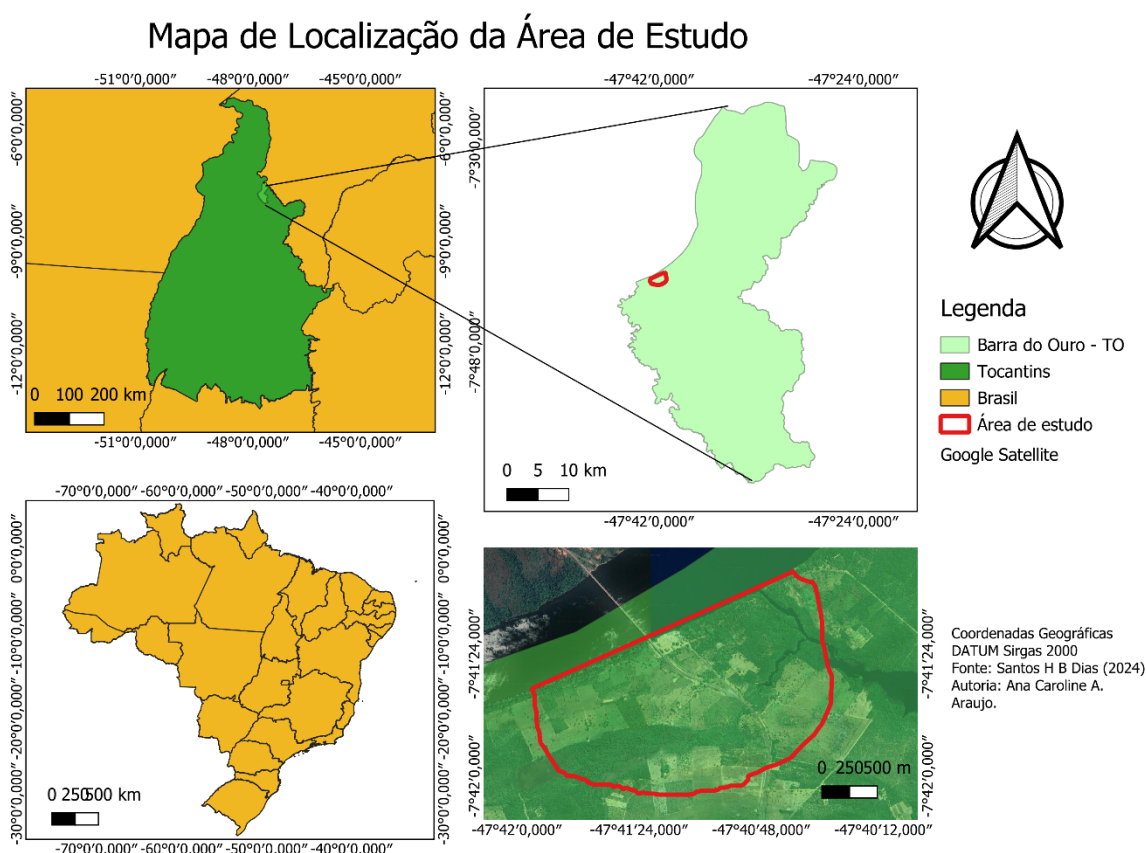
Visando uma análise mais detalhada dos dados geoespaciais, utilizou-se o software gratuito QGIS a versão 3.34.12, que viabilizou a confecção do mapa de localização da área de estudo e a manipulação de camadas geográficas, mostrando informações ambientais e sociais relacionadas ao território em estudo da comunidade. Aonde a ferramenta foi fundamental para realizar uma análise otimizada e ilustrativa dos locais impactados.

O smartphone foi utilizado como instrumento para a captura de fotografias e gravações das entrevistas com os moradores. As fotografias registraram as mudanças que ocorrem no território e a situação atual dos locais impactados. As gravações das entrevistas, por sua vez, foram importantes para observar as percepções e narrativas dos entrevistados, onde relataram os impactos sociais e culturais provocados pelo deslocamento, o que forneceu uma base qualitativa para a análise do estudo.

3. COMUNIDADE BARRA VELHA: O ANTES E DEPOIS A UHE DE ESTREITO

Neste capítulo, busca-se mostrar panorama da situação da Comunidade Barra Velha antes e depois do impacto da barragem da UHE de Estreito no Município de Barra do Ouro. Situada na margem direita do Rio Tocantins (Figura 01), a comunidade Barra velha era uma vila ribeirinha onde os habitantes compartilhavam uma forte relação com o rio e o entorno natural. A comunidade contava com poucas residências e uma infraestrutura modesta, refletindo o perfil simples e autossuficiente estimavam os moradores.

Figura 01 – Mapa de Localização da comunidade Barra Velha



Fonte: Elaboração Araujo, Ana. 2024

Barra Velha era composta por famílias que, na sua maioria, faziam parte de um grupo de ribeirinhos onde suas práticas e seus hábitos cotidianos estavam diretamente ligados aos. A familiaridade com o rio passava desde aos aspectos da vida cotidiana da comunidade, suas fontes de renda e subsistência, por meio da pesca e das barracas de venda de comidas e bebidas nas épocas de “veraneio” nos meses de junho a agosto que fomentava bastante a economia daquele local, conforme demonstrado nas Figuras 02 e 03.

Figura 02 - Período de veraneio na Praia do Ouro



Fonte: Sonia Maria Silva Ledo 2010.

Figura 03 – Show que fomentava a economia dessa comunidade.



Fonte: Sonia Maria Silva Ledo 2010.

As vazantes, ao longo das margens do rio durante nos períodos de seca, eram aproveitadas para o cultivo, pois, nesse período, o solo ficava bastante fértil, rico em nutrientes que advinham de depósitos das cheias anuais. Essa prática agrícola sustentável se ligava com o ciclo da água daquele local, possibilitando o cultivo de alimentos que eram essenciais para subsistência da comunidade, como por exemplo, a mandioca, o feijão e milho.

A pesca, era outra atividade essencial, pois não se limitava apenas os aspectos econômicos, mais sim fazia parte de todo um contexto de tradição profundamente

enraizada na vida ribeirinha, que se passava de pai para filho transmitido assim as técnicas de pesca. Os pescadores de Barra Velha tinham técnicas que respeitavam o tempo para reprodução dos peixes a piracema³, em muitos casos, limitavam a pesca que era necessária para o sustento de suas famílias. Além disso, era garantia o alimento diário, também era um espaço para se transmitir os saberes entre as gerações, nos quais os mais velhos ensinavam aos jovens o conhecimento sobre as espécies de peixes, os melhores períodos para pescar, e as táticas de preservação dos recursos aquáticos. Essas práticas reforçava o vínculo dos moradores com o Rio Tocantins, visto não apenas como um recurso natural, mas como parte integrante de vida local.

A colônia de pescadores em Barra Velha, era um ponto de crucial para vida social e econômica dos moradores. Operava como um local para se comercializar os peixes, que era a principal atividade remunerada deles, sendo um espaço de convivência comunitária.

Pode-se evidenciar a estrutura e a forte ligação da comunidade pelo Rio Tocantins, onde tiravam o seu sustento. A Colônia também representava uma organização coletiva dos moradores em torno da pesca como se pode ver na figura 04, assim preservando tradições e as práticas locais. A desterritorialização ocasionada pela construção da UHEE, onde a comunidade foi desordenada, e os espaços como colônia perdem o seu papel crucial, levando a ruptura do modo de vida.

Figura 04 – Colônia de pescadores.



Fonte: Sonia Maria Silva Ledo 2010.

³ A piracema é um período para reprodução dos peixes, quando nadam o rio acima desovar nessa época.

A comunidade, Barra Velha advinda de laços de solidariedade, onde suas relações de entorno eram de apoio mútuo e essenciais. A comunidade contava com poucos comércios, geralmente pequenos pontos de venda dos próprios moradores que ofereciam produtos básicos, como mantimentos e ferramentas. Esses estabelecimentos não serviam apenas como pontos de abastecimento, mas servia de local de encontro, e trocava-se informações importantes, pois relatavam suas histórias e as experiências, assim, fortalecendo a comunidade. O modelo de economia desse povo era voltado por uma troca contínua de serviços entre os próprios moradores é, dessa maneira, favorecendo e valorizando as suas práticas comunidades.

O antigo centro de da comunidade Barra Velha, era uma rua de chão batido e um pouco com asfalto devido a TO-425 que passava nesse meio na época, funcionava como o principal eixo de circulação e convivência entre os moradores como mostram as Figuras 05 e 06. Com pequenas casas e comércios simples ao longo da via, o espaço era o coração do local, onde se concentrava atividades cotidianas, encontros informais e troca de serviços. A presença dos habitantes refletir a importância social desse ambiente, que servia como um ponto de identidade para a comunidade. Com a proximidade do Rio Tocantins e a vegetação típica da região influenciavam o modo de vida. Antes da desterritorialização imposta com a construção da UHEE, onde o centro de Barra Velha representava um símbolo do pertencimento e a resistência, sendo um local fundamental para a manutenção dos laços sociais e culturais dos moradores.

Figura 05 – Centro de Barra Velha.



Fonte: Sonia Maria Silva Ledo 2010.

Figura 06 – Casa de Taipa⁴ que pertencia o Centro de Barra Velha.



Fonte: Sonia Maria Silva Ledo 2010.

Durante muito tempo, os habitantes de Barra Velha tinham um modo de vida que era baseado em equilíbrio entre o ambiente e o ser humano, onde podia se evidenciar a forma de como os moradores manejavam seu território preservavam os recursos naturais. Onde o Rio Tocantins, desempenhava um papel importante para o equilíbrio ecológico. Além disso, o rio tinha suas margens arenosas e as águas eram ricas em biodiversidade, para manter a fauna e flora da região. Segundo S. L. (2024), “as praias eram formadas nas margens do rio, e muitas vezes se formava pequenos bancos de areia no meio do rio”, na (Figura 07) podemos observar isso.

Figura 07- Praia formada na margem do rio.



Fonte: Sonia Maria Silva Ledo 2007.

⁴ Taipa uma técnica de construção antiga, que se consistia em erguer paredes de terra úmida, feita de argila.

A praia era formada no período de junho e agosto as vazantes do rio, ofereciam um espaço de lazer para os visitantes e moradores, mas tinham também habitat de grande importância para abrigar diversas espécies incluindo os peixes que reproduzia nas áreas mais baixa do rio. O equilíbrio ambiental e essencial para a manutenção para vida e cultura da região local, tendo uma representação simbólica entre o meio ambiente e a comunidade. No entanto, as dinâmicas foram profundamente alteradas pela implantação da UHEE, que modificou o rio e seus arredores, negativamente o modo de vida tradicionais.

Segundo da Silva Júnior (2016), “[...]recordar é, antes de tudo, articular o passado, interpretando-o através das lentes fornecidas por uma experiência marcante, portanto, infundindo nele um sentido calcado nessa experiência.” Retratar e preservar a memória de vida de Barra Velha antes da transformação do território é essencial para entender as consequências socioambientais da desterritorialização causadas pela Usina Hidrelétrica de Estreito – UHEE.

3.1 Transformações na vida da Comunidade de Barra Velha após a Usina Hidrelétrica de Estreito - UHEE

A construção da Usina Hidrelétrica de Estreito – UHE, resultou em profundas alterações no espaço físico e social da comunidade de Barra Velha. A comunidade, localizada originalmente à margem direita do Rio Tocantins, foi deslocada devido à inundação causada pelo reservatório da hidrelétrica, levando à perda de seu território tradicional.

A barragem impactou doze municípios, sendo eles Carolina e Estreito no Maranhão, Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins no estado do Tocantins, alagando uma área de aproximadamente 400 km². A Usina Hidrelétrica de Estreito (UHEE), localizada na divisa dos estados do Maranhão e Tocantins, é destaque entre projetos de infraestrutura que têm impactado a vida de muitas comunidades ribeirinhas. (Oliveira, 2011, Machado, 2011 e Sieben, 2021).

O processo de alagamento alterou drasticamente o ambiente, impactando diretamente a organização espacial da comunidade, que precisou se adaptar a novos locais de moradia, distantes das áreas de pesca e cultivo. Segundo Consórcio Estreito

Energia – CESTE⁵ (2023), no município de Barra do Ouro foram desapropriadas, em média, 200 a 233 famílias.

Essas áreas, entretanto, muitas vezes não atendiam às necessidades sociais, econômicas e culturais dos deslocados. As novas localidades eram distantes dos recursos naturais que sustentavam o modo de vida tradicional, além de apresentarem infraestrutura inadequada, como falta de acesso regular à água potável, serviços de saúde e educação de qualidade.

A proximidade que tinha com o rio era bastante fundamental para esse povo, que dependia das vazantes e da pesca para a subsistência. Nas imagens de satélite de 2007 e 2024 na (Figura 08 e 09), destaca a localidade da área de Barra Velha antes e depois do impacto. O contorno em vermelho delimita a região que foi, e se tornou depois, que compreende uma extensa área de lavoura e pequenas edificações, é em outra ora se tornado só um espaço de lembranças. No entanto, a construção da UHE, esse local foi submerso, resultando na desterritorialização dos moradores. O processo de remoção não só alterou a paisagem, mais se modificou todo modo de vida que dependiam diretamente desse território.

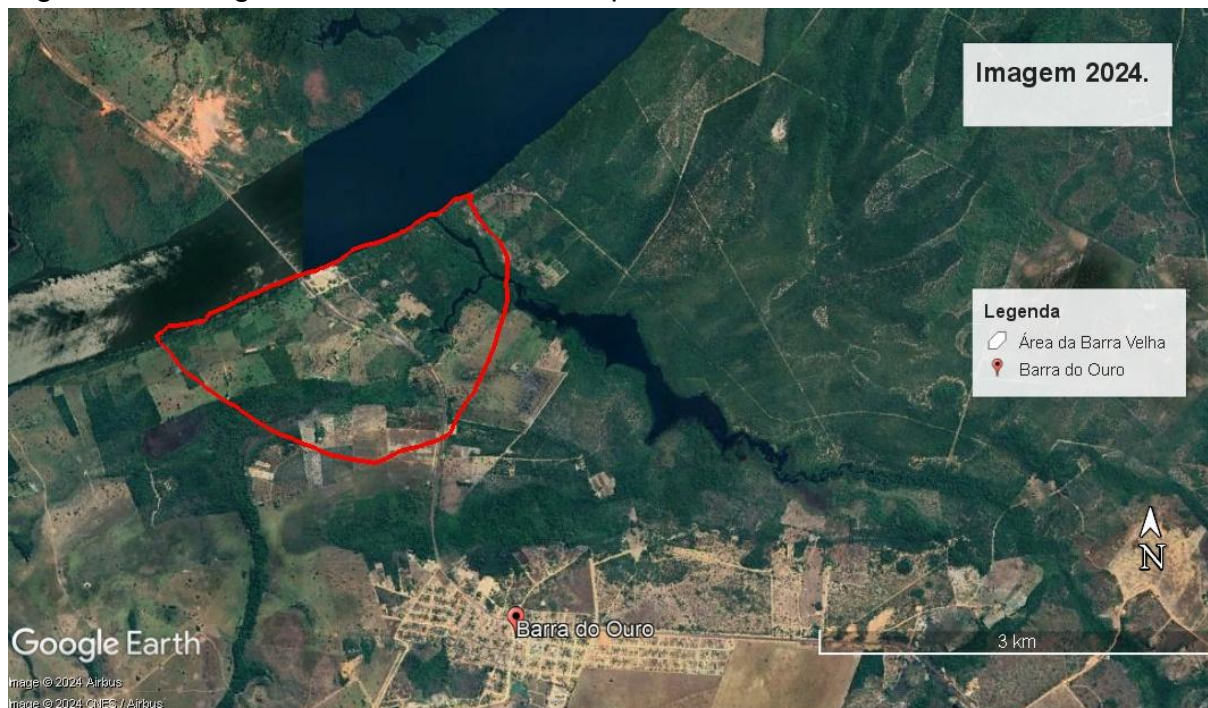
Figura 08 – Imagem de satélite do ano de 2007 da área da antiga Barra Velha.



Fonte: Elaboração Araujo 2024.

⁵ Consórcio Estreito Energia – CESTE 2023, com um número de protocolo de atendimento: ATG28/06/202313:53.

Figura 09 – Imagem de satélite da área impactada em 2024.



Fonte: Elaboração Araujo 2024.

O novo local do reassentamento da comunidade de Barra Velha, que foi deslocado devido a construção da UHEE, está situado em área urbana de Barra do Ouro, conforme indica pela delimitação da imagem de satélite na figura 10. Pode-se observar a disposição organizada das habitações, e reflete um planejamento típico de um reassentamento, que contrasta como o antigo modo de vida dos ribeirinhos. Essa transição mostra os desafios enfrentados pela comunidade deslocada, tanto pela adaptação socioeconômica e as práticas de manutenção da cultura e identitárias.

Essa reorganização ocasionou impactos duradouros, gerando aumento na fragmentação da comunidade, assim, tendo dificuldade na adaptação nas novas condições de vida desse povo. Uma das atingida nos relata como ocorreu esse processo para família dela a Sra. Y. G., 11/10/2024.

'[...]Tá num lugar que a gente gostava e chega em outro que a gente vai ter que se readaptar novamente. [...]Eu morava na casa do meu cunhado, Miguelzinho, e aí ele recebeu a indenização dele, aí ele falaram com o pessoal do CERT que eu morava na casa dele, não tinha pra onde eu ir. [...] Eu acho melhor aqui porque fica assim mais fácil, porque tem um postinho que é pertinho, tem onde a gente vai arrumar alguma coisa, supermercado, fica mais perto, mas... (Y.G,11/10/2024).

Figura 10 – Imagem de satélite do reassentamento.



Fonte: Elaboração Araujo 2024.

A impactada nos relata que esse processo não foi fácil, pois teve que mudar completamente seu modo de viver, teve depressão e outras doenças que ocorrem pelo processo de desterritorialização. Segundo a entrevistada " a vida nunca mais foi a mesma, não pode mais plantar os legumes, tem que comprar tudo, não tem um terreno para plantar tem que pedir a outras pessoas, se quiser ter um feijão, mandioca.", ela ainda argumenta falta de emprego que não tem o marido vive de bicos, e ainda tem o Bolsa Família e ajuda dos filhos para sobreviver porque seus remédios são muito caro. A figura 11 mostra um pouco da frente de sua residência que ganhou do CESTE e que ela foi arrumando aos poucos ao longo dos anos.

A inundação em Barra Velha não apenas alterou a geografia da região, mas também trouxe consequências ambientais que afetam drasticamente a qualidade de vida da comunidade realocada. Entre os principais problemas identificados estão falta de emprego, a questão da moradia que nem todos tiveram direitos a receber, indenizações que ficaram por receber, o pertencimento que está sendo apagado de muitas maneiras porque querendo ou não a desterritorialização ocasionada tudo isso e mais um pouco. Outro fator foi a questão da água do rio que modificou muito. A figura 12 nos mostra isso, como ficou as margens do rio e sua água.

Figura 11 - Residência da Y. G. que ganhou da indenização



Fonte: Guimarães 2024.

Figura 12 – Antigo porto da Barra Velha.



Fonte: Araujo 2024.

O Sr. A. O. argumenta que passou por muitas coisa nesse processo todo de sofrimento “ vê como tudo mudou de uma hora pra outra”, a entrevistada ainda diz mais “a água do rio não é a mesma, os peixes não são bom, fedem muito o sabor acabou”, o impactado mostra de forma bem expressa o que passou pelos seus olhos, a perda de seu pertencimento, a sua identidade que esta sendo apagada pelo o

processo de desterritorialização o que a barragens trouxe de progresso energetico ela mostrou em destruição para os ribeirinhos da comunidade Barra Velha, a Usina Hidreletrica impactou dastricamente esse povo.

O Sr. A. O. mostrou o que ele conseguiu ou o que deu para fazer com a compensação que recebeu do CESTE, que não foi muita coisa, mas mesmo esse pouco ele conseguiu fazer a casa dele e construir um ponto para montar sua peixaria, pode ser vista a rede de pesca que ele ainda usa para pescar no Rio Tocantins no município de Barra do Ouro. O entrevistado nos mostra seus freezers para guardar os peixes, a balança para pesar e tudo em uma simplicidade de quem nunca quer perder os traços de ter vivido as margens do rio, nas figuras 13 e 14 retratam bem esses objetos.

Figura 13 – Local de armazenar os peixes e a balança de pesar.



Fonte: Araujo 2024.

Figura 14 – Rede de pesca ou a famosa tarrafa.



Fonte: Araujo 2024.

As Figuras acima refletem a continuidade da prática da pesca, que fazia parte de uma identidade da comunidade ribeirinha de Barra Velha antes do realocamento. Após o processo de deslocamento para a cidade de Barra do Ouro, essas atividades mostram o esforço dos moradores em preservar o seu antigo modelo de vida, apesar das várias transformações ocorridas no território e os impactos pela construção da UHEE.

A terceira impacta nos relata de como era sua vida antes do rio vira um lago depois da barragem de Estreito, entrevista realizada no dia 21/09/2024. Segundo ela as atividades advinham da pesca e da lavoura, tinham uma casa de farinha artesanal e se sentia muito feliz na quele local que vivia, com toda simplicidade, nos traz elementos crucias para se ter uma percepção de identidade e pertencimento que podemos ver a seguir.

Meu nome e M. de N., casada mãe de família, e nossas atividades trabalhistas na beira rio seria agricultura e pesca, a gente tinha uma fonte de renda boa da pesca e da lavoura, uma casa de farinha artesanal onde a gente fabricava para o concurso e pra venda também e eram muito bom eu e agente era muito feliz, tinham muitas coisas natural que a gente participava e a gente era feliz. (M. N. A., 21/09/2024)

A senhora M. N. A., ainda nos relata mais como foi o processo depois da construção da barragem para ela e sua família, que foi bem lesada por esse processo todo que foi a indenização que segundo a entrevistada foi bem abaixo do valor que se tinha direito de receber, além, da perda afetiva do lugar onde se morava que não tem preço que pague isso.

[...] e depois da construção da barragem, a gente eu posso dizer fomos lezados a respeito da indenização recebíamos um valor muito abaixo do esperado, e daí pra cá a gente vem tentando se readaptar e em outra localidade que e no mesmo município e mais muitas coisas mudaram, não para melhor mais estamos bem, se reerguendo novamente com muita luta e muito esforço, mas na questão de dizer que a construção da barragem pra mim foi vantajoso não foi, tanto assim como as vezes as pessoas acham as vezes a gente também tinha uma expectativa que seria bem melhor, mas não foi como esperado mas tudo bem estamos lutando estamos conquistando e construindo e tá dando certo. (M. N. A., 21/09/2024)

A Sr.^a M. N. A nos mostra ainda sua casa na chácara, que é uma casa de tijolos sem reboco e se localiza na zona rural, evidenciando uma simplicidade e a resistência das construções típicas de uma comunidade. Ao redor se pode ver um solo arenoso e tem bastante presença de árvores típicas do cerrado. A estrutura inacabada de concreto indica que estão terminando de construir como pode se ver na (Figura 15), essa imagem mostra as transformações e adaptações que essa impactada teve nesse processo de reassentamento.

Figura 15 – Casa da impactada M. N. A. em uma chácara.



Fonte: Alves 2024.

As transformações mostram que os grandes empreendimentos de infraestrutura, por mais que sejam fundamentais no desenvolvimento econômico no país, podem provocar várias consequências para as comunidades tradicionais. Em Barra Velha pode se vê a necessidade de uma abordagem inclusiva sensível sobre as especificidades das populações afetadas, garantindo que políticas públicas considerem não apenas os aspectos econômicos, mas também os direitos humanos e a preservação da identidade comunitária.

Ao concluir esta análise significa reforçar a importância de repensar o modelo de desenvolvimento adotado em projetos como a UHEE. A desterritorialização, enquanto fenômeno social e geográfico, exige reflexões profundas sobre o equilíbrio entre progresso econômico e justiça social, destacando o papel das comunidades atingidas como protagonistas na luta por seus direitos e na construção de alternativas mais sustentáveis e justas. Barra Velha, assim, permanece como um exemplo vivo das contradições do modelo energético brasileiro e da urgência de se buscar caminhos que respeitem os territórios e as pessoas que vivem nele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais sobre o caso de Barra Velha trazem à tona o impacto profundo que a desterritorialização pela Usina Hidrelétrica de Estreito – UHEE, causou na vida dessa comunidade tradicional ribeirinha. Antes localizada à margem direita do Rio Tocantins, Barra Velha era uma vila onde a vida cotidiana estava profundamente conectada aos recursos naturais locais, especialmente à pesca e às lavouras de vazante. A rotina e a economia da comunidade giravam em torno desses recursos, e as práticas culturais e o modo de vida eram transmitidos de geração em geração.

A remoção forçada da comunidade gerou um rompimento com esse modo de vida, causando desestruturação social, econômica e cultural. A desterritorialização resultou em perdas que vão além do deslocamento físico, incluindo o enfraquecimento dos laços comunitários e a ruptura do vínculo com o rio, que era um pilar para a sobrevivência e identidade cultural dos moradores.

Esse caso ressalta a disparidade entre os interesses econômicos de grande escala, voltados à produção energética, e os direitos das comunidades locais, que frequentemente acabam marginalizadas e sem garantias adequadas de preservação de suas condições de vida. Apesar de políticas de compensação e reassentamento serem implementadas, muitas vezes elas se mostram insuficientes, não permitindo que os moradores reconstruam seu modo de vida de forma satisfatória ou similar à que tinham anteriormente.

Essas questões evidenciam a necessidade urgente de políticas públicas que incluam a participação efetiva das comunidades impactadas nos processos decisórios de grandes empreendimentos, como barragens hidrelétricas. Além disso, o caso de Barra Velha reforça o debate sobre modelos de desenvolvimento que respeitem e preservem os territórios e modos de vida das populações tradicionais, promovendo alternativas sustentáveis e que considerem o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e justiça social.

REFERÊNCIAS

AMARIO, Lucas Moreira; MACHADO, Laylson Mota. Da vazante para a roça de toco: os conflitos de UHE de Estreito (MA) na Comunidade Ribeirinha do Acampamento Coragem. **Das Amazônias**, v. 6, n. 01, p. 213-233, 2023.

AMORIM, Fred Lima; DE JESUS, Antonivaldo. Impactos socioambientais da construção da UHE-estreito na comunidade de Palmatuba em Babaçulândia-to. **Geoambiente On-line**, n. 7, p. 01-20 pág., 2006.

COSTA, Ísis Lourdes Figuerôa. A política energética do Brasil. 1972.

COSTA, Rogério H. da (Rogério Haesbaert da), 1958 – O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade/Rogério Haesbaert. – 6ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

DA SILVA JÚNIOR, Cícero Pereira. O contraponto do desenvolvimento: a construção da Hidrelétrica de Estreito (MA/TO–Brasil) e seus impactos (2004-2005). **Revista de História da UEG**, v. 5, n. 2, p. 352-369, 2016.

DA SILVA OLIVEIRA, Gerson; MACHADO, Laylson Mota; SIEBEN, Airton. ACAMPAMENTO CORAGEM NO MUNICÍPIO DE PALMEIRAS DO TOCANTINS (TO) E OS IMPACTOS DA USINA HIDRELÉTRICA DE ESTREITO (MA). **Revista de Ciências Humanas**, v. 1, n. 21, 2021.

GOLDEMBERG, J., & Moreira, J. R... (2005). Política energética no Brasil. *Estudos Avançados*, 19(55), 215–228. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000300015>

GOLDEMBERG, José; MOREIRA, José Roberto. Política energética no Brasil. **Estudos avançados**, v. 19, p. 215-228, 2005.

GUEDES, André Dumans. Lutas por terra e território, desterritorialização e território como forma social. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 18, n. 1, p. 23-39, 2016.

HAESBAERT, Rogério. Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste / Rogério Haesbaert. — Niterói: EDUFF, 1997.

ROQUETTI, Daniel Rondinelli et al. Deslocamento populacional forçado por grandes barragens e resiliência socioecológica: o caso da usina hidrelétrica de Barra Grande no sul do Brasil¹. **Ambiente & Sociedade**, v. 20, p. 115-134, 2017.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos Ippur**, v. 2, p. 15-25, 1999.

SANTOS, Milton. *Et al.* **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 3. Ed.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil e sociedade no início do século XXI /. – 9ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2006.

SIEBEN, Airton et al. Estado e política energética: a desterritorialização da Comunidade rural de Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela Usina Hidrelétrica Estreito. 2012.

SIEBEN, Airton et al. Estado e política energética: a desterritorialização da Comunidade rural de Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela Usina Hidrelétrica Estreito. 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de, 1963 – Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial/. – 7ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2022.

ZITZKE, Valdir Aquino. **A rede sociotécnica da usina hidrelétrica do Lageado (TO) e os reassentamentos rurais das famílias atingidas**. 2007. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas.